



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

OBJETO	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante do Edital.
---------------	---

PROCESSO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	CONTRATAÇÃO Nº	UASG
CMSP-PAD-2026/00296	MAIOR DESCONTO	925109-19/2026	925109

PUBLICAÇÃO DO EDITAL

Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial da Cidade de São Paulo e Jornal de Grande Circulação em **28/07/2026**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:	ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
www.gov.br/compras	A partir de 28/07/2026

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11/08/2026 às 11h00 (Horário de Brasília)

TRATAMENTO ME/EPP	VISTORIA	AMOSTRA/ PROVA DE CONCEITO
☐ EXCLUSIVIDADE ☐ COTA ☒ NÃO SE APLICA	☐ NÃO ☒ SIM (devendo ser agendada com SGA.37 através do e-mail: sga37@saopaulo.sp.leg.br e Tel.: (11) 3396-4733	☐ SIM (Vide item nº do Edital) ☒ NÃO

INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
☐ NOTA DE EMPENHO ☒ TERMO DE CONTRATO ☐ ATA DE REGISTRO DE PREÇO ☐ OUTRO INSTRUMENTO	☒ VALOR GLOBAL ☐ VALOR TOTAL MENSAL ☐ VALOR TOTAL ANUAL ☐ VALOR TOTAL POR ITEM ☐ VALOR TOTAL POR LOTE ☐ VALOR UNITÁRIO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Item 7 do Edital

DECLARAÇÕES	PROPOSTAS
Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações	Item 4 do Edital e Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES AO EDITAL (Item 12 do Edital)

Até três dias úteis antes da abertura da Sessão Pública, exclusivamente pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

Outras informações poderão ser obtidas no **Portal Transparência da CMSP**, através do endereço: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/> pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br ou pelo telefone: (11) 3396-3934 ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas, através do endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026.....	3
1. DO OBJETO	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	9
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO	15
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS.....	23
9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO	24
10. DA GARANTIA CONTRATUAL.....	26
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	27
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	27
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	28
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	30
1. DO OBJETO	30
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	30
3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	31
4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	36
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	36
6. VIGÊNCIA.....	42
7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	43
8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR	43
9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	44
10. SANÇÕES	44
ANEXO I-A – MEMORIAL DESCRITIVO.....	46
ANEXO I-B – PEÇAS GRÁFICAS	48
ANEXO I-C – CRONOGRAMA FÍSICO	51
ANEXO I-D – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO	53
ANEXO I-E – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA	56
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES	58
ANEXO II-A – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – CUSTO TOTAL DA OBRA	60
ANEXO II-B – MODELO DE CÁLCULO DA COMPOSIÇÃO DO BDI	62
ANEXO II-C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÉDIO DO PIS/COFINS	63
ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	65
ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	73



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, mediante Pregoeiro designado pelo Secretário Geral Administrativo, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Sistema de Compras do Governo Federal”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026**, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento **MAIOR DESCONTO**, sob o regime de execução indireta **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a **contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital, que será processada e julgada em conformidade com Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; Decreto nº 62.100/2022 c/c Ato CMSP nº 1.564/2023; Lei Complementar Federal nº 123/06, e suas alterações, Ato CMSP nº 1137/11, bem como pelas demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

II - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

CONSTITUEM ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I Termo de Referência - Especificações Técnicas

ANEXO I-A Memorial Descritivo

ANEXO I-B Peças Gráficas

ANEXO I-C Cronograma Físico

ANEXO I-D Relatório Fotográfico

ANEXO I-E Planilha Orçamentária

ANEXO II Modelo de Proposta de Preços e Declarações

ANEXO II-A – Planilha de Formação de Preços – Custo Total da Obra

ANEXO II-B – Modelo de Cálculo da Composição do BDI

ANEXO II-C – Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do PIS/COFINS

ANEXO III Minuta do Termo de Contrato

ANEXO IV Modelo de Ordem de Início dos Serviços



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Torna-se público que a CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (UASG: 925109), por meio da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sediada no Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista - São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que, pessoa física ou jurídica, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de São Paulo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público da Câmara Municipal de São Paulo, ainda que indiretamente, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo;

2.6.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, devendo ser observadas as situações que



possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021:

2.6.12. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.6.13. enquadradas nas disposições do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

2.6.14. aquelas que, por qualquer outra razão, foram sancionadas com impedimento de licitar e contratar com Poder Público ou declaração de inidoneidade por força de lei;

2.6.15. pessoas jurídicas condenadas por improbidade administrativa, quando a sentença judicial impuser proibição de contratar com o Poder Público.

2.7. A verificação de quaisquer situações relacionadas no item anterior pode ser realizada mediante consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros.

2.8. O impedimento de que trata o item **2.6.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.6.2** e **2.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens **2.6.2** e **2.6.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. A vedação de que trata o item **2.6.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



2.13. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (com duas casas decimais) ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que trata o artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei](#)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

[Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade das declarações de que tratam os itens **3.3** a **3.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.10** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor global.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. As empresas do lucro real devem cotar os percentuais de PIS e COFINS que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), conforme modelo declaração constante no **Anexo II-C** do Edital.

4.5.2. As empresas optantes pelo Lucro Presumido ou pelo Simples Nacional deverão observar as alíquotas previstas na legislação vigente, conforme seu enquadramento tributário, sendo vedada a superavaliação dos encargos tributários incidentes;

4.5.3. Caso a empresa não disponha de dados completos dos últimos 12 (doze) meses, poderá apresentar a média proporcional dos meses disponíveis, devendo indicar expressamente tal condição na declaração (Anexo II-C).

4.5.4. A administração poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documentos comprobatórios dos dados declarados, inclusive da EFD-Contribuições, para fins de verificação da veracidade das informações prestadas.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.1. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

4.9. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá o **modo de disputa “aberto”**.

5.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada no município de São Paulo pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 5 de outubro de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço estimado definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável a critério da Administração, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme **Anexo II - Modelo de Propostas de Preços e Declarações**, acompanhada do **Anexo II-A – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços – Custo Total da Obra**, **Anexo II-B – Modelo de Cálculo da Composição do BDI** e, em caso de necessidade, **Anexo II-C – Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do PIS/COFINS**, bem como, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20. O anexo da proposta de preços nos moldes do **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações** deverá ser apresentada após a fase de negociação, conforme item **5.19.4**.

5.21. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

5.21.1. Preços expressos em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas decimais, computados todos os demais custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.

5.21.1.1. Havendo divergência entre os valores consignados na Proposta e os valores lançados no formulário no sistema, ofertados na etapa de lances ou negociados, prevalecerão estes últimos.

5.21.2. Declarar expressamente que o preço total cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

5.21.3. O preço total ofertado pela licitante será resultante da planilha de **CUSTO TOTAL DA OBRA – Anexo II-A**, obtido conforme o subitem **5.22**.

5.21.4. A demonstração do cálculo do percentual de BDI, elaborada conforme modelo do **Anexo II-B**, que não poderá ser superior a 23,10% (vinte e três vírgula dez por cento) para Edificações de acordo com as **Tabelas de Custos Unitários da SIURB – Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras - EDIF**, data-base **JANEIRO de 2026**, com desoneração, tendo por base os valores publicados em 06 de abril de 2026, discriminando os seus componentes, que não poderão estar em duplicidade com aqueles relacionados na planilha **CUSTO TOTAL DA OBRA – Anexo II-A**. O BDI corresponderá a uma taxa em porcentagem sobre o preço total dos serviços licitados, devendo contemplar todas as despesas indiretas, o lucro da empresa e as despesas fiscais.

5.22. O preço total ofertado pela licitante será o resultante da planilha **CUSTO TOTAL DA OBRA – Anexo II-A**, a qual deverá ser totalmente preenchida e anexada à proposta financeira, devendo conter a soma dos custos unitários para os itens de edificações, aplicando-se o BDI para Edificações.

5.22.1. A licitante poderá acrescentar itens na planilha de preços, sem modificar o texto ou excluir qualquer dos itens ali apresentados.

5.22.2. O preço total ofertado pela licitante deverá contemplar os custos com materiais, mão-de-obra, encargos sociais e trabalhistas e demais custos básicos diretos, consoante o Caderno de Critérios Técnicos do Departamento de Edificações, que se encontra à disposição dos interessados para consulta ou aquisição no referido Departamento ou no "site" da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB – Tabela de Custos, no portal da PREFEITURA DE SÃO PAULO, endereço: www.prefeitura.sp.gov.br.

5.22.3. O orçamento estimativo do custo total da obra de referência da Câmara Municipal de São Paulo foi elaborado com base nos componentes integrantes da Tabela de Custos Unitários de Infraestrutura e de Edificações (com desoneração), também à disposição dos interessados nos endereços mencionados no item anterior.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.23. A apresentação da proposta implica na aceitação tácita de todas as cláusulas e termos do Decreto Municipal 62.100/22, Lei Federal n.º 14.133/21, todas as atualizações destas, demais normas complementares e dos termos deste Edital e seus anexos.

5.24. Após a negociação do preço, a Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.6** do edital, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e
- c) Consulta à relação de apenados com impedimento de Contratar/Licitar com a administração pública do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5 e 3.5** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

6.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Considerando que o regime de execução adotado é o de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado pela Administração, conforme definido no orçamento de referência elaborado com base nas Tabelas de Custos Unitários da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB (EDIF), nos termos do art. 23, §§ 2º e 3º da mesma Lei.

6.8.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Caso atendidas as condições prévias de participação no certame, conforme **item 2**, será verificado se a licitante cumpre os requisitos de habilitação jurídica, habilitação fiscal, habilitação econômico-financeira e habilitação técnica, por meio dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser enviados, via sistema, pela licitante.

7.1.1. O registro no SICAF poderá substituir os documentos de habilitação jurídica e fiscal cujas informações estejam nele contidas.

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1. Sociedade limitada unipessoal: contrato social em vigor e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, ainda que conste no registro como empresa individual de responsabilidade limitada.

7.1.2.2. Sociedades por ações e sociedades limitadas que assumirem feição empresarial: ato constitutivo registrado na Junta Comercial, acompanhado,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

7.1.2.3. Sociedade simples, inclusive sociedades limitadas com essa natureza, bem como associações e fundações: ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

7.1.2.4. Empresário Individual: ficha de empresário individual registrado na Junta Comercial.

7.1.2.5. Sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedida pelo órgão competente.

7.1.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.1.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.1.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.3.3. Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União.

7.1.3.4. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado do domicílio ou da sede da licitante.

7.1.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede da licitante relativamente aos tributos mobiliários;

7.1.3.6. Certidão unificada por CPF/CNPJ raiz relativa ao Município de São Paulo;

7.1.3.7. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.3.9. Os documentos referidos no item **7.1.3** e seus subitens poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.1.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.4.1. Certidão negativa de pedido de falência ou de ações de insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento.

7.1.4.1.1. A licitante que se encontrar em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, em que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1.5.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU – SP, ou vistado pela respectiva entidade de classe com sede em São Paulo, quando se tratar de certidão de outra região.

7.1.5.1.1. A referida Certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação nos dados cadastrais após a sua expedição.

7.1.5.2. Comprovação pela empresa de possuir, em seu quadro de pessoal, na data de apresentação dos documentos de Habilitação e Proposta, profissional de nível superior, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA/CAU comprovando aptidão para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto desta licitação, consideradas de maior relevância técnica e valor significativo a seguinte atividade:

7.1.5.2.1. Montagem de estrutura metálica.

7.1.5.3. O profissional detentor da CAT apresentada para fins de habilitação técnica deverá ser o responsável técnico pela execução dos serviços e obras do contrato correspondente.

7.1.5.4. A comprovação de que o profissional de nível superior, detentor da CAT, integra o quadro de pessoal da empresa, deverá ser feita por meio de apresentação do original, ou em cópia reprográfica simples que será comparada com o original ou, ainda, em cópia reprográfica autenticada,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

de um dentre os seguintes documentos, conforme o caso: Contrato/Estatuto Social, Carteira de Trabalho com a identificação do empregado e o respectivo registro na empresa licitante, ou Contrato de Prestação de Serviços.

7.1.5.5. O(s) atestado(s) / certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) com timbre do emissor e assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).

7.1.5.6. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos bens fornecidos à Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

7.1.5.7. Se os atestados estiverem em língua estrangeira, compete à licitante providenciar sua tradução para o vernáculo, bem como comprovar o atendimento de requisitos legais perante o direito estrangeiro.

7.1.5.8. A licitante pode tanto optar por inspecionar os locais onde serão realizados os serviços referentes ao objeto deste edital, bem como os detalhes inerentes à execução, ou declinar desse direito, firmando declaração conforme modelo do **Anexo II deste Edital**.

7.1.5.8.1. O agendamento de vistoria prévia se fará de acordo com as informações constantes no preâmbulo deste edital, devendo realizada por responsável integrante do quadro da licitante ou pessoa portando identificação e qualificada por ela.

7.1.5.8.2. A vistoria será feita à custa da licitante interessada em participar do processo licitatório, não cabendo pleito posterior de indenização por despesas realizadas durante a vistoria ou com qualquer outro trabalho que a licitante tenha realizado para poder participar do certame.

7.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.2.1. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

7.2.1.1. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos também será feita somente em relação ao licitante vencedor.

7.2.1.2. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, os documentos serão exigidos de todos os licitantes.



7.2.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido pelo Pregoeiro, prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.

7.2.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.2.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.2.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.2.4. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.

7.2.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.2.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.

7.2.7. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas com efeito de negativas.

7.2.8. As certidões/declarações que não tiverem estampado em seu corpo o prazo de validade serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados de sua expedição, excetuando-se a certidão exigida no subitem **7.1.4.1** cuja validade será de até 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura do certame.

7.2.9. Todos os documentos expedidos pela pessoa jurídica deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

7.2.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ e respectivo endereço. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome



da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

7.2.11. Documentos de habilitação técnica serão aceitos em nome da matriz.

7.2.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.13. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser efetuada pelo Pregoeiro, por meio de consulta ao SICAF, exclusivamente quanto aos documentos dele constantes que estejam dentro do prazo de validade, dispensada nova emissão.

7.2.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.2.14. Os documentos emitidos via internet, incluindo os constantes do SICAF, poderão ser objeto de diligência.

7.2.15. Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento.

7.2.16. A regularidade do SICAF é verificada automaticamente pelo sistema quando do credenciamento da licitante.

7.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



7.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.2.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.2.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata os subitens anteriores.

7.2.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.



8.4. Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida e deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7. A autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação enviada ao e-mail cjl@saopaulo.sp.leg.br.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

9.1. O prazo para assinatura do termo de contrato será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da convocação, atendendo as seguintes disposições:

9.1.1. Indicar o engenheiro responsável técnico pela execução do objeto do contrato e o engenheiro preposto, quando for o caso, que o representará durante a execução dos trabalhos.

9.1.1.1. Para cumprimento do subitem **9.1.1**, deverão ser indicados, como responsável técnico, os mesmos profissionais apresentados pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional do processo licitatório.

9.1.2. Apresentar certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA-SP, ou vistado pela respectiva entidade de classe com sede em São Paulo, quando se tratar de certidão de outra região.

9.1.2.1. A referida Certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação nos dados cadastrais após a sua expedição.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

9.1.3. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos já apresentados por ocasião da habilitação, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

9.2. O termo de contrato deverá ser assinado pelo atual representante legal da adjudicatária (Diretor, Sócio da Pessoa Jurídica ou Procurado) mediante apresentação de instrumento de ato constitutivo, ata de eleição de diretoria, instrumento de procuração, entre outros que demonstrem poderes para tanto.

9.3. O termo de contrato deverá ser assinado, preferencialmente com assinatura eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil no mesmo prazo indicado no item **9.1**.

9.4. A critério da Administração, o prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.5. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pela licitante vencedora, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação da penalidade prevista neste edital.

9.5.1. Em seguida, desde que observado o valor estimado e sua atualização, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária. Frustrada a negociação, é lícito à Administração adjudicar e celebrar contrato nas condições oferecidas.

9.5.2. Faculta-se, ainda, a convocação de demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, observado o item acima.

9.6. Na hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destas.

9.7. Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato de Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a



implementação do Programa Dados Abertos do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

9.8. No momento da contratação, bem como nos casos de eventual prorrogação do ajuste, a **CONTRATANTE** deverá consultar os cadastros previstos no item **2.7**, a fim de verificar eventual impedimento de contratar com a Administração Pública.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A **CONTRATADA** deverá recolher a garantia da execução contratual no importe de 5% (cinco por cento) do valor total a ser contratado, em uma das modalidades prevista no § 1º, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data de convocação para assinatura do Termo de Contrato, com exceção do seguro-garantia, conforme o disposto no subitem **10.2**.

10.1.1. Caso o valor do Contrato seja alterado, nas hipóteses previstas na Lei, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

10.2. Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia, a apólice deverá indicar a **CONTRATANTE** como beneficiária, e deverá ser prestada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá:

- I.** Conter expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- II.** Conter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- III.** Ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Se a opção for caução em dinheiro ou título da dívida pública, este deverá:

- I.** Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II.** Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.5. Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.



10.6. A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. São aplicáveis pela Administração, garantida a defesa prévia, as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais normas pertinentes, assim como as abaixo especificadas.

11.2. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em relação à exigida neste Edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de intimação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nos subitens **11.3, 11.4 e 11.5**, a critério da Administração.

11.3. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Câmara Municipal de São Paulo, em assinar o contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta final. Poderá ser considerada como recusa injustificada a não apresentação das Certidões exigidas nos termos do mesmo subitem.

11.4. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

11.5. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.6. As demais multas relativas à execução contratual são as constantes do **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato**.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados ao e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br.



12.3.1. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

13.10. Fica assegurado à CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulá-la, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.11. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.12. O Foro para dirimir questões relativas ao presente certame será o da Comarca de São Paulo-SP, com exclusão de qualquer outro.

13.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (PNCP) e no seguinte endereço eletrônico <http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>.

São Paulo, 27 de julho de 2026.

Mateus Soldan Barbieri
Pregoeiro



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar **24/2026**

2.2. A presente contratação justifica-se pela necessidade de implantação de estrutura de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, com atendimento às demandas de proteção contra intempéries, organização do fluxo de circulação e melhor aproveitamento do espaço existente. A contratação mostra-se necessária para viabilizar solução técnica que assegure condições adequadas de deslocamento entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, permitindo a incorporação de sistemas de drenagem adequados, melhor organização do fluxo de pessoas e aprimoramento das condições de mobilidade e circulação entre os edifícios. Além disso, a solução contribuirá para a integração funcional das instalações recentemente implantadas, favorecendo a mobilidade interna, a funcionalidade dos ambientes e a eficiência operacional das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal, em conformidade com o interesse público e com os princípios da eficiência e do planejamento administrativo.

2.3. A não contratação da solução proposta poderá resultar na manutenção das condições atuais de circulação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, limitando a implementação de melhorias relacionadas à proteção contra intempéries, à organização do fluxo de pessoas e ao aprimoramento da infraestrutura de interligação entre os edifícios. Ademais, a ausência da intervenção poderá postergar adequações voltadas à funcionalidade dos ambientes e à otimização da mobilidade interna, com reflexos na dinâmica operacional das atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal. Tal cenário poderá ainda demandar futuras intervenções corretivas, potencialmente mais complexas e onerosas, em desacordo com os princípios da economicidade, eficiência e planejamento administrativo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 2.4.** A estimativa das quantidades de matérias-primas necessárias à execução da obra foi elaborada com base na análise preliminar do escopo dos serviços e nas soluções construtivas adotadas para a implantação da passarela, os elementos estruturais previstos e os acabamentos especificados. Foram considerados os serviços de execução de contrapiso, implantação de estrutura metálica, instalação de cobertura com telhas tipo sanduíche, execução de sistema de drenagem (calhas e rufos). A estimativa levou em conta dimensões aproximadas do percurso da passarela, espessuras usuais de camadas construtivas, consumo médio de materiais por unidade de serviço e parâmetros técnicos amplamente adotados em obras de natureza semelhante;
- 2.5.** O fornecimento do objeto não é enquadrado como continuado, e a vigência plurianual não se mostra mais vantajosa;
- 2.6.** O serviço não deve ser parcelado em lotes, pois o parcelamento do objeto implicaria riscos significativos à coordenação executiva, à compatibilidade técnica entre etapas, ao controle de responsabilidade sobre eventuais falhas e à coerência do cronograma físico. Como os serviços envolvem interfaces simultâneas de engenharia civil e acabamento, a fragmentação geraria sobreposição de contratos, dificuldades de fiscalização, potenciais conflitos entre contratadas e aumento do tempo total de execução;
- 2.7.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, enquadrando-se nas características descritas no Art. 6, Inc XXI, alínea “a”, Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** Este Edital atenderá, nos itens pertinentes, às disposições legais acerca da sustentabilidade ambiental nas contratações públicas, em especial, a Lei nº 17.260, de 8 de janeiro de 2020, que disciplina a licitação sustentável para a aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, permitindo a adoção de critérios ambientalmente corretos, socialmente justos e economicamente viáveis e dá outras providências; ou outro diploma normativo que venha sucedê-la, bem como o Ato CMSP nº 1.161/2011, alterado pelo Ato nº 1.540/2022:, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de obras e serviços de engenharia pela Câmara Municipal de São Paulo.
- 3.1.1.** Dentre as recomendações para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará os seguintes critérios:
- 3.1.1.1.** A empresa deverá elaborar o PGRCC conforme previsto pela resolução do Conama 307/2002 (Conselho Nacional do Meio Ambiente)
- 3.1.1.2.** O PGRCC deve ser entregue em até 10(dez) dias após a emissão da OIS (Ordem de Início dos Serviços).
- 3.2.** Considerando que os serviços demandam mão de obra qualificada, será exigida qualificação técnica de acordo com subitem **8.5.2.**

3.3. SUBCONTRATAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 3.3.1.** A **CONTRATADA** não poderá subcontratar a obra no seu todo, podendo, no entanto, fazê-lo parcialmente, até o limite admitido, em cada caso, pela **CONTRATANTE**, mantida a responsabilidade direta e integral ante a **CONTRATANTE** e com exclusão da parcela de maior relevância técnica e valor significativo prevista nos termos do Edital.
- 3.3.2.** Para a subcontratação, a **CONTRATADA** deverá apresentar documentação, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias antes do início do(s) serviço(s) a ser(em) subcontratado(s), indicando: o(s) nome(s) da(s) empresa(s), endereço(s), CNPJ e discriminação do(s) serviço(s), nome, RG, CPF e registro no CREA do responsável técnico que executará dos serviços, bem como os seguintes documentos da subcontratada: Atestado de Capacidade Técnica que demonstre a capacidade para realizar a parcela a ser subcontratada; Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz relativa ao Município de São Paulo, nos termos do Edital.
- 3.3.3.** A Fiscalização Técnica dos Serviços analisará, caso a caso, as empresas ou profissionais apresentados pela **CONTRATADA** e as autorizará por escrito. Eventuais recusas a nomes de empresas serão devidamente justificadas pela fiscalização.
- 3.3.4.** As empresas e profissionais indicados em conformidade com os subitens acima serão os Responsáveis Técnicos-RTs pelos serviços relativos às parcelas da obra para as quais tiverem sido subcontratados, devendo providenciar, antes do início do serviço, o recolhimento de ART (referente ao contrato firmado entre **CONTRATADA** e SUBCONTRATADA e em nome do profissional responsável pela execução) junto ao CREA e apresentar cópias à **CONTRATADA**, que as repassará à **CONTRATANTE**.
- 3.3.5.** Qualquer problema decorrente do disposto no subitem anterior será resolvido pela **CONTRATADA**, não decorrendo daí nenhuma responsabilidade para a **CONTRATANTE**, mesmo que haja ônus para a **CONTRATADA** ou qualquer subcontratada;
- 3.3.6.** A **CONTRATADA** será, ante a **CONTRATANTE**, responsável pelos serviços realizados pelas SUBCONTRATADA, não podendo transferir suas responsabilidades pelas obrigações estabelecidas no Edital, nas Especificações e no contrato.
- 3.3.7.** A SUBCONTRATADA deverá cumprir integralmente as exigências relativas à documentação de Segurança e Medicina do Trabalho previstas neste Termo de Referência, observando as normas vigentes e demais obrigações legais aplicáveis.
- 3.4.** Considerando as características dos serviços descritos nesse termo, convém a realização de vistoria prévia no local de execução.
- 3.4.1.** A realização da vistoria deverá ser realizada de acordo com o subitem **8.4** deste Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

3.5. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

- 3.5.1.** A **CONTRATADA** deverá cumprir a Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho vigentes, pertinentes ao objeto do presente, notadamente as Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho, com objetivo de preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores da empresa **CONTRATADA** e do **CONTRATANTE**, bem como o meio ambiente e o patrimônio do **CONTRATANTE**.
- 3.5.2.** A **CONTRATADA** deverá fornecer, exigir o uso e manter registros atualizados de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), devidamente assinados pelos trabalhadores, em conformidade com a NR 06. Os equipamentos deverão ser apropriados aos riscos das atividades, com Certificado de Aprovação (CA) válido, e orientações quanto ao seu uso, conservação e substituição, devendo estar disponíveis para verificação pela fiscalização.
- 3.5.3.** A **CONTRATADA** deve entregar o comprovante de treinamento de acordo com a NR 06 e a lista de fornecimento de EPI em até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Início.
- 3.5.4.** A **CONTRATADA** deverá elaborar e apresentar a Análise Preliminar de Risco – APR antes do início de todas atividades críticas, em especial aquelas que envolvam trabalho em altura ou qualquer outra atividade que represente risco significativo à segurança dos trabalhadores. Cópias das APRs deverão permanecer disponíveis durante a execução do serviço para a Fiscalização;
- 3.5.5.** A **CONTRATADA** deverá emitir a Permissão de Trabalho – PT, antes do início de qualquer atividade considerada crítica ou de risco acentuado, conforme definido na APR e nas Normas Regulamentadoras aplicáveis. A PT deverá conter a descrição da atividade, os riscos envolvidos, as medidas de controle, os EPIs e EPCs necessários, as autorizações, os responsáveis técnicos e a vigência do documento.
- 3.5.6.** As Permissões deverão ser assinadas pelos envolvidos e mantidas disponíveis no local da atividade durante toda a sua execução, podendo ser solicitadas a qualquer momento pela fiscalização do **CONTRATANTE**;
- 3.5.7.** A **CONTRATADA** deverá atender integralmente às exigências da NR 35 – Trabalho em Altura, apresentando os procedimentos específicos e certificados de capacitação dos trabalhadores. Somente trabalhadores devidamente capacitados, com exames médicos atualizados e EPIs adequados, poderão executar atividades acima de 2 metros do nível inferior, conforme previsto na norma.
- 3.5.7.1.** A documentação comprobatória do atendimento à NR-35 deverá ser apresentada pela **CONTRATADA** até 01 (um) dia antes do início da execução dos serviços em altura.

3.6. DO PGR, DO LTCAT e DO AET

- 3.6.1.** A **CONTRATADA** deverá elaborar o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, visando à preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, considerando as



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

características do **CONTRATANTE** e as atividades previstas, em conformidade com a NR 01, bem como demais NRs aplicáveis.

3.6.1.1. Enviar o PGR (cópia física ou digital) ao Gestor deste contrato, em até 30 (trinta) dias a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que necessário ou solicitado pelo **CONTRATANTE**.

3.6.2. A **CONTRATADA** deverá elaborar o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho - LTCAT, considerando as características da **CONTRATANTE** e as atividades previstas, em conformidade com a legislação previdenciária vigente e com a NR 15 e NR 16.

3.6.2.1. Quando aplicáveis os documentos do item anterior a **CONTRATADA** deve enviá-lo ao Gestor do contrato, (cópia física ou digital) em até 30 (trinta) dias a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que necessário ou solicitado pelo **CONTRATANTE**.

3.6.3. A **CONTRATADA** deverá elaborar a Análise Ergonômica do Trabalho – AET, considerando as características organizacionais do **CONTRATANTE**, os postos de trabalho envolvidos na execução da obra e os fatores de risco ergonômico identificados, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente (NR 17).

3.6.3.1. A AET deverá ser enviada (cópia física ou digital) ao Gestor deste contrato no prazo de 30 (trinta) dias a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que houver alterações nos postos de trabalho, nas condições ambientais ou quando solicitado pelo **CONTRATANTE**.

3.7. DO PCMSO E DOS ASOS

3.7.1. A **CONTRATADA** deverá elaborar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, conforme determinado por Norma Regulamentadora vigente.

3.7.2. A **CONTRATADA** deverá entregar ao Gestor deste contrato (cópia física ou digital) do PCMSO e as cópias dos Atestados de Saúde Ocupacional – ASO, em até 10 (dez) dias a contar da expedição da Ordem de Início e/ou em caso de substituição de funcionários.

3.8. A **CONTRATADA** deverá possuir profissional que possua Responsabilidade Técnica (ART) do CREA-SP ou do Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) do CAU-SP;

3.9. ATENDIMENTO A NORMAS TÉCNICAS ABNT.

3.9.1. ABNT NBR 6120:2019 - Ações para o cálculo de estruturas de edificações.

3.9.2. ABNT NBR 7007:2022 - Aços-carbono e aços micro ligados para barras e perfis laminados a quente para uso estrutural - Requisitos



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

3.9.3. ABNT NBR 8800:2024 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edificações.

3.9.4. ABNT NBR 14762:2010 - Dimensionamento de estruturas de aço constituídas por perfis formados a frio.

3.9.5. ABNT NBR 14513:2022 – Telhas de aço seção ondulada e trapezoidal - Requisitos.

3.10. ATENDIMENTO A NORMAS INTERNACIONAIS.

3.10.1. AISC - American Institute of Steel Construction.

3.10.2. AISI – American Iron and Steel Institute.

3.10.3. ASTM – American Society Testing Materials.

3.10.4. AWS – American Welding Society

3.11. Deverão ser observadas as providências para a **proteção dos dados pessoais:**

3.11.1. A **CONTRATADA** se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, inclusive na forma da Lei Federal no 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

3.11.2. A **CONTRATADA** se obriga a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais coletados em razão da execução do objeto do contrato, garantindo sua proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

3.11.3. O tratamento de dados pessoais será realizado nos estritos limites da consecução do objeto do contrato ou do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

3.11.4. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito **da CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

3.11.5. Sempre que constatar acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito por parte de seus colaboradores, diretores ou prepostos, a **CONTRATADA** imediatamente comunicará **à CONTRATANTE**, colaborando, inclusive, com eventual comunicação de ocorrência de incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

3.11.6. Ao fim do serviço, a **CONTRATADA** adotará todas as medidas visando à eliminação dos respectivos dados pessoais de seu banco de dados, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

3.11.7. A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento de qualquer das obrigações relativas à proteção de dados pessoais.

3.11.8. Todas as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, inclusive sigilo e confidencialidade, permanecerão em vigor mesmo após o término de vigência do contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Termo de Referência – **Memorial Descritivo – Anexo I-A**

4.2. Termo de Referência – **Peças Gráficas – Anexo I-B**

4.3. Termo de Referência – **Cronograma Físico – Anexo I-C**

4.4. Termo de Referência – **Relatório Fotográfico – Anexo I-D**

4.5. Termo de Referência – **Planilha Orçamentária – Anexo I-E**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados na Câmara Municipal de São Paulo - Viaduto Jacareí, 100, Palácio Anchieta - Bairro Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01319-900.

5.2. PRAZOS

5.2.1. Para efetivo começo dos trabalhos será emitida Ordem de Início dos Serviços (OIS), que se dará em data após a assinatura do Termo de Contrato.

5.2.2. O prazo de execução dos serviços será de 40 (quarenta) dias conforme etapas previstas no Projeto Básico – Cronograma Físico – **Anexo I-C**.

5.2.3. Os serviços deverão ser executados de segunda a sexta em horário comercial;

5.2.3.1. Os serviços poderão ser executados em feriados e finais de semana, desde que previamente autorizados pela FISCALIZAÇÃO, sendo que eventuais custos decorrentes, inclusive relativos a horas extras, correrão integralmente por conta da **CONTRATADA**.

5.2.4. O objeto será recebido:

5.2.4.1. Provisoriamente, em até **15 dias** após o ato da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes da proposta, e;

5.2.4.2. Definitivamente, após o prazo de **90 dias**, a contar do recebimento provisório, e consequente aceitação mediante termo detalhado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.2.5.** O prazo de garantia dos serviços, será de no mínimo 5 (cinco) anos, contado a partir da data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.2.6.** O prazo da garantia contratual possui vigência própria e é independente do prazo de vigência do contrato administrativo, podendo ensejar a aplicação de penalidades em caso de descumprimento de suas condições, ainda que após encerrada a vigência contratual.
- 5.2.7.** A não correção dos vícios ou falhas pela **CONTRATADA**, no prazo assinalado pela **CONTRATANTE**, autoriza a Administração a proceder à execução dos serviços por terceiros, às custas da **CONTRATADA**, sem prejuízo da aplicação de sanções legais e contratuais.
- 5.2.8.** Durante o período de garantia, a **CONTRATADA** deverá realizar, sempre que demandada, as correções ou manutenções necessárias, notificando previamente a **CONTRATANTE** e apresentando registro técnico dos serviços executados, a fim de assegurar a rastreabilidade e a conformidade da solução adotada.
- 5.2.8.1.** Prazo para atendimento de chamados da fiscalização: 1 (um) dia;
- 5.2.8.2.** Prazo para reparar incorreções: 5 (cinco) dias.

5.3. FORNECIMENTO DE MATERIAIS/PEÇAS

- 5.3.1.** Para a perfeita execução dos serviços, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.4.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.4.1.1.** A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, em até 5 (cinco) dias, a partir da assinatura do contrato, cópia da(s) Anotação(ões)/Registro(s) de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) emitida(s) pelo CREA-SP ou CAU, devidamente quitada(s), do(s) profissional(ais) designado(s) para exercer a função de Responsável(eis) Técnico(s). A(s) ART/RRT(s) do(s) Responsável(eis) Técnico(s) deverá(ão) abranger, no limite de sua(s) competência(s), todas as atividades objeto deste contrato;
- 5.4.1.2.** Disponibilizar **PREPOSTO** e **RESPONSÁVEL TÉCNICO**, de forma tempestiva, nas reuniões determinadas pelo **CONTRATANTE**;
- 5.4.1.3.** Manter constante e eficiente comunicação com o **CONTRATANTE**, de forma ininterrupta e apta à comunicação de dados, mensagens e comunicação de voz (local e remota);
- 5.4.1.4.** Responder, na qualidade de fiel depositário, por toda a documentação que lhe for entregue pelo **CONTRATANTE**.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.4.1.5. Disponibilizar e-mails que possibilitem a troca de informações;
- 5.4.1.6. Fornecer nome e telefone celular dos seus representantes, em especial do PREPOSTO, para responder pela execução do Contrato;
- 5.4.1.7. Fornecer endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone;
- 5.4.1.8. Estruturar-se de modo compatível com a execução do objeto e prover toda a infraestrutura necessária à prestação dos serviços previstos neste contrato, com a qualidade e rigor exigidos, garantindo a sua supervisão desde o início e mantendo no seu quadro técnico o profissional habilitado para exercer a função de Responsável (eis) Técnico (s);
- 5.4.1.9. Executar, perfeita e integralmente, nos prazos ajustados, os serviços contratados, por meio de pessoas idôneas e tecnicamente habilitadas e capacitadas;
- 5.4.1.10. Responsabilizar-se por quaisquer prejuízos que suas falhas ou imperfeições venham causar ao **CONTRATANTE** ou terceiros, de modo direto ou indireto, além de realizar novamente o serviço considerado incorreto, se for o caso, sem quaisquer ônus para o **CONTRATANTE**, sem acréscimo do prazo contratual e sem prejuízo das multas contratuais previstas;
- 5.4.1.11. Observar e cumprir a legislação pertinente ao ramo de atuação, às normas e resoluções do CONFEA, além de observar e adotar as Normas Técnicas da ABNT e NRs;
- 5.4.1.12. Fornecer, tempestivamente, ao **CONTRATANTE**, cópias das ART/RRT recolhidas, atas de reunião, pareceres, laudos, estudos, vistorias, cronogramas atualizados dos serviços em andamento e relatório dos serviços executados e pendentes;
- 5.4.1.13. Solicitar prévia autorização do **CONTRATANTE** para a especificação de material de fabricação monopolizada ou técnica de notória especialização, com as devidas justificativas técnicas;
- 5.4.1.14. Comunicar ao **CONTRATANTE** a pretensão de substituição do profissional cujo acervo tenha sido utilizado para comprovação da capacidade técnico-profissional, a qual só poderá ser feita por profissional que possua acervo equivalente ou superior;
- 5.4.1.15. Solicitar à Fiscalização esclarecimentos de dúvidas ou definições porventura não explicitadas no Termo de Referência e seus anexos;
- 5.4.1.16. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes;
- 5.4.1.17. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do **CONTRATANTE**, no tocante às obrigações previstas no contrato, assim como facilitar o



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

acompanhamento permanente dos serviços, fornecendo as versões digitais dos documentos, sempre que solicitado, e comparecendo às reuniões requisitadas;

- 5.4.1.18.** Seguir as diretrizes técnicas do **CONTRATANTE**, emanadas da **FISCALIZAÇÃO**, a quem se reportará, bem como as disposições legais, regulamentares e éticas, adotando nas questões controvertidas a solução técnica que lhe for recomendada, sem que isso se constitua em restrição à independência de seus profissionais;
- 5.4.1.19.** Abster-se de se pronunciar em nome do **CONTRATANTE** a órgãos da imprensa, sobre quaisquer assuntos relativos às atividades desta contratação;
- 5.4.1.20.** Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais do **CONTRATANTE** de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto do contrato;
- 5.4.1.21.** Abster-se de utilizar, divulgar ou reproduzir, fora dos serviços contratados, os normativos, documentos e material encaminhados pelo **CONTRATANTE**;
- 5.4.1.22.** Abster-se de utilizar o nome ou o logotipo do **CONTRATANTE** em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;
- 5.4.1.23.** Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade os funcionários do **CONTRATANTE**, visitantes e contratados;
- 5.4.1.24.** Providenciar, às suas expensas, e diligenciar para que os seus empregados, quando em serviço demandado pelo **CONTRATANTE** de visitas a obras ou outros locais que possam apresentar risco de acidente de trabalho, portem os equipamentos de proteção individual, adequados e em conformidade com a legislação aplicável e, deverá assumir todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, os seus empregados forem vítimas, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;
- 5.4.1.25.** Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer profissional ao seu serviço, quando se verificar o seguinte:
- 5.4.1.25.1.** Atuação ou comportamento julgados inconvenientes ou prejudiciais ao bom andamento dos serviços;
- 5.4.1.25.2.** Ocorrência sistemática de erros ou falhas na execução dos trabalhos;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.4.1.25.3.** Atos que comprometam a própria segurança ou a de terceiros;
- 5.4.1.25.4.** Não atendimento às determinações do fiscal;
- 5.4.1.26.** Dar plena e fiel execução ao contrato, respeitando todas as cláusulas e condições estabelecidas;
- 5.4.1.27.** Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência ao Fiscal do Contrato, por escrito, para a adoção das providências cabíveis;
- 5.4.1.28.** Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando, no que couber e sempre que solicitado, os documentos que comprovem as condições inerentes à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, em consonância com a legislação vigente;
- 5.4.1.29.** Assumir objetivamente inteira responsabilidade civil e administrativa pelo fornecimento do objeto contratual, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes à contratação, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como indenizações decorrentes de todo e qualquer dano pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em decorrência da execução dos serviços contratados, providenciando imediata reparação dos prejuízos impostos à **CONTRATANTE** ou a terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;
- 5.4.1.30.** Todo e qualquer dano que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo **CONTRATANTE**;
- 5.4.1.31.** A ausência ou omissão da fiscalização do **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades previstas neste contrato;
- 5.4.1.32.** Qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da prestação dos serviços, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, assegurando ao **CONTRATANTE** o exercício do direito de regresso, eximindo o **CONTRATANTE** de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 5.4.1.33.** Quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao **CONTRATANTE**, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

objeto pela **CONTRATADA**, as quais serão reembolsadas ao **CONTRATANTE**;

5.4.1.34. A **CONTRATADA** autoriza ao **CONTRATANTE** descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato, e/ou das notas fiscais/faturas de quaisquer outros contratos que porventura a **CONTRATADA** mantenha com o **CONTRATANTE**, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos;

5.4.2. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

5.4.3. A gestão do contrato ficará a cargo do Supervisor de SGA.37 - Equipe de Desenvolvimento e Projeto, devendo este designar o(s) servidor(es) que ficará(ão) responsável(is) pela FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS. A fim de que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.4.3.1. Por meio da Gestão do Contrato:

- 5.4.3.1.1.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato
- 5.4.3.1.2.** Emitir Ordem de Início;
- 5.4.3.1.3.** Designar os servidores responsáveis pela Fiscalização Técnica dos Serviços;
- 5.4.3.1.4.** Fornecer à **CONTRATADA** todos os elementos indispensáveis ao início dos trabalhos;
- 5.4.3.1.5.** Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à **CONTRATADA**.

5.4.3.2. Por meio da Fiscalização Técnica dos Serviços:

- 5.4.3.2.1.** Acompanhar a execução dos serviços, desde o início até a aceitação definitiva, verificando a perfeita execução, o atendimento das especificações constantes no memorial descritivo bem como nas normas pertinentes e o atendimento aos prazos previstos no cronograma físico-financeiro contratual;
- 5.4.3.2.2.** Verificar as Solicitações das Medições apresentadas pela **CONTRATADA** e liberar a parte incontestada das mesmas para liquidação;
- 5.4.3.2.3.** Comunicar por escrito à Gestão do Contrato o andamento dos serviços em especial os atrasos, as falhas de execução e desatendimentos as especificações, causados pela **CONTRATADA**;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.4.3.2.4. Transmitir, por escrito, as instruções sobre modificações de planos de trabalho, especificações, prazos e cronograma.

5.4.3.3. Por meio de SGA-25 - Tesouraria da Câmara Municipal de São Paulo:

5.4.3.3.1. Efetuar o pagamento, nos termos do disposto, deste contrato.

5.4.3.4. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão realizadas por escrito, através de mensagem eletrônica (e-mail).

5.5. PAGAMENTO

5.5.1. Dada a pouca complexidade e o tempo previsto para execução da obra, será realizado um pagamento único após o término dos trabalhos e o ateste da Unidade Gestora.

5.5.2. O pagamento será efetuado **em parcela única** em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do Senhor Supervisor de SGA.37 – Equipe de Desenvolvimento e Projeto., acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.

5.5.3. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz relativa ao Município de São Paulo; e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

5.5.4. O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no DOC da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2.018.

6. VIGÊNCIA

6.1. A vigência do Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 1 (um) ano improrrogável.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº(s) **09.10.01.031.4005.1.001.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações** e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2027 as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Recomenda-se não admitir a participação de consórcio, tendo em vista que não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico.

8.2. O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento “maior desconto”.

8.3. Para fins de **seleção da proposta** haverá as seguintes condições:

8.3.1. A descrição do objeto deve atender a todas as características exigidas nestes Termo de referência;

8.3.2. A proposta deve indicar a validade mínima de 60 (sessenta) **dias**, contados a partir da data de sua apresentação.

8.4. VISTORIA

8.4.1. A licitante pode tanto optar por inspecionar os locais onde serão realizados os serviços referentes ao objeto deste Termo de Referência, bem como os detalhes inerentes à execução, ou declinar desse direito, firmando declaração conforme modelo do Anexo II do Edital.

8.4.2. O agendamento de vistoria prévia se fará de acordo com as informações constantes no preâmbulo do edital, devendo realizada por responsável integrante do quadro da licitante ou pessoa portando identificação e qualificada por ela.

8.4.3. A vistoria será feita à custa da licitante interessada em participar do processo licitatório, não cabendo pleito posterior de indenização por despesas realizadas durante a vistoria ou com qualquer outro trabalho que a licitante tenha realizado para poder participar do certame.

8.5. Para **fins de habilitação**, serão analisadas:

8.5.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

8.5.2. Para **qualificação técnica** serão exigidos:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.5.2.1. Certidão atualizada de registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA ou CAU – SP, ou vistado pela respectiva entidade de classe com sede em São Paulo, quando se tratar de certidão de outra região.

8.5.2.1.1. A referida Certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação nos dados cadastrais após a sua expedição.

8.5.2.2. A comprovação pela empresa de possuir, em seu quadro de pessoal, na data de apresentação dos documentos de Habilitação e Proposta, profissional de nível superior, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitido pelo CREA/CAU comprovando aptidão para o desempenho de atividades compatíveis com o objeto desta licitação, consideradas de maior relevância técnica e valor significativo a seguinte atividade:

8.5.2.2.1. Montagem de estrutura metálica.

8.5.2.3. O profissional detentor da CAT apresentada para fins de habilitação técnica deverá ser o responsável técnico pela execução dos serviços e obras do contrato correspondente.

8.5.2.4. A comprovação de que o profissional de nível superior, detentor da CAT, integra o quadro de pessoal da empresa, deverá ser feita por meio de apresentação do original, ou em cópia reprográfica simples que será comparada com o original ou, ainda, em cópia reprográfica autenticada, de um dentre os seguintes documentos, conforme o caso: Contrato/Estatuto Social, Carteira de Trabalho com a identificação do empregado e o respectivo registro na empresa licitante, ou Contrato de Prestação de Serviços

8.5.2.5. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado de qualificação técnica, ou outro documento referente aos serviços executados ou em execução na Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o referido atestado ou documento junto à Unidade competente para apresentação no certame, acompanhado da respectiva CAT- Certidão de Acervo Técnico.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação consta no **Anexo I-E – Projeto Básico – Planilha Orçamentária**.

10. SANÇÕES

10.1. Além das penalidades previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.1.1. Advertência.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 10.1.1.1.** A advertência será aplicada em caso de faltas leves assim entendidas, aquelas que não acarretem prejuízo de monta aos interesses do objeto contratado.
- 10.1.2.** Multa diária de até 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por não atendimento aos prazos previstos nos **subitens: 3.1.1.2, 3.3.2, 3.5.3, 3.5.7.1, 3.6.1.1, 3.6.2.1, 3.6.3.1, 3.7.2, 5.2.2, 5.2.8.1, 5.2.8.2 e 5.4.1.1** deste Anexo ou por qualquer outra irregularidade havida no cumprimento do contrato, limitado ao prazo de 5 (cinco) dias corridos.
- 10.1.3.** Multa de até 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por desatendimento as determinações da Gestão e/ou Fiscalização Técnica do Contrato.
- 10.1.4.** Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade grave havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.
- 10.1.5.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.
- 10.1.6.** Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).
- 10.1.7.** Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa Diretora **da CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 10.2.** As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.
- 10.2.1.** No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.1.2 e 10.1.3** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e/ou 10.1.7**.
- 10.3.** As multas terão seus valores apurados na data da infração.
- 10.4.** Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO I-A – MEMORIAL DESCRITIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

1. Escopo do trabalho

O presente memorial descritivo tem por objetivo detalhar os serviços e obras necessários para viabilizar a conexão entre o Palácio Anchieta e o Anexo – Edifício Garagem. A contratada deverá fornecer todo o material de execução, ferramentas e equipamentos necessários, acessórios e materiais auxiliares, equipamentos de proteção individual (EPIs), além de dispor de mão de obra especializada e supervisão técnica.

A interligação será realizada por meio da implantação de uma passarela a ser construída a partir da saída localizada nos fundos do 1º subsolo do referido Palácio, nas proximidades da sala 1S20, estendendo-se até o acesso ao Anexo – Edifício Garagem, atualmente em reforma.

A passarela projetada terá largura de 1,20m, sendo composta por sistema estrutural metálico, de modo a garantir desempenho estrutural adequado aliado a um tratamento estético compatível com o entorno. Como elemento de proteção lateral, será prevista vedação retrátil em toldos, proporcionando conforto aos usuários e proteção contra intempéries.

2. Serviços preliminares

- Conferência das medidas do projeto in loco;
- Fabricação das peças estruturais para a cobertura da passarela;
- Execução de proteção mecânica em todo o perímetro da obra, mediante instalação de tapumes, visando ao isolamento da área, controlando o acesso de pessoas e assegurando condições seguras tanto para os trabalhadores quanto para os usuários dos espaços no entorno.

3. Remoções e demolições

- Demolição do piso de concreto existente na área de implantação da passarela, incluindo a remoção completa do material e preparação da base para as novas camadas construtivas;

- Demolição da mureta existente, no trecho em que ela coincidirá com a passarela;
- Retirada de gradis metálicos e toldos existentes, com descarte adequado.

4. Construção da passarela

- Recomposição do restante da mureta, garantindo sua integração com a nova estrutura construída, restabelecendo as condições de acabamento e uso com segurança;
- Execução de contrapiso na área da passarela, devidamente nivelado e preparado para receber o sistema estrutural e o acabamento final;
- Aplicação do granito na área do piso;
- Posicionamento e instalação da estrutura metálica vertical;
- Montagem da estrutura metálica da cobertura, assegurando estabilidade, resistência e durabilidade do conjunto (as superfícies de toda a estrutura metálica deverão estar livres de escórias, ferrugem, óleos ou qualquer material estranho);
- Uso de gabaritos para pontear os conjuntos antes da solda completa, para evitar distorções e desalinhamentos;
- Instalação das telhas do tipo sanduíche na cobertura, incluindo a execução de calhas e rufos, com vistas à adequada drenagem das águas pluviais e proteção dos usuários;
- Pintura da estrutura e das calhas;
- Instalação dos toldos nas laterais da passarela, utilizando-se a própria estrutura da cobertura.

5. Trabalhos finais

- Desmontagem e retirada completa dos tapumes e demais estruturas provisórias do canteiro de obras;
- Limpeza geral da área, incluindo remoção de resíduos, restos de materiais e quaisquer elementos indesejados, deixando o local apto para utilização.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

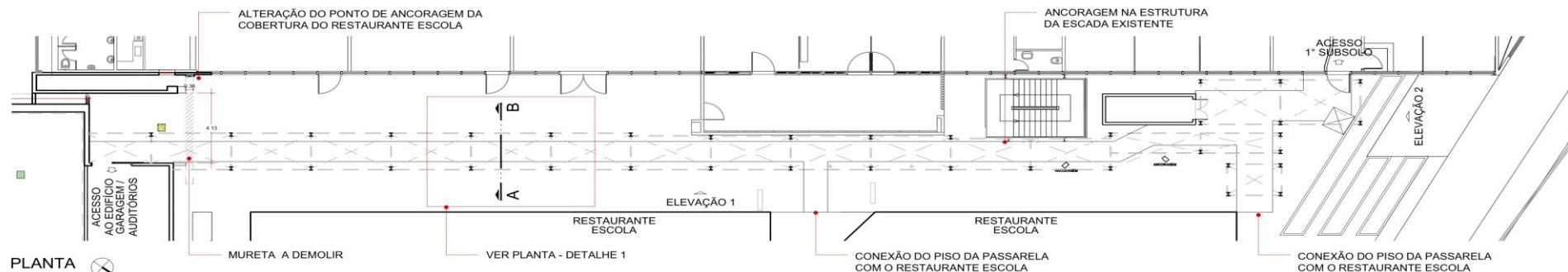
ANEXO I-B – PEÇAS GRÁFICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

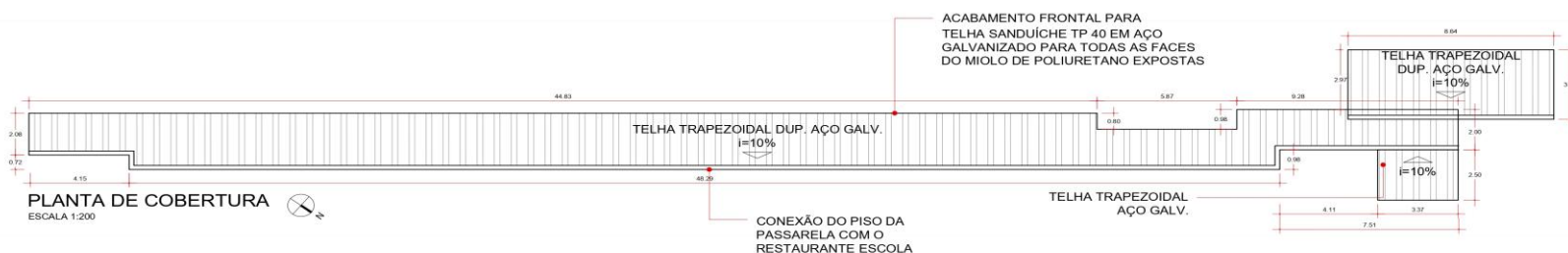
PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

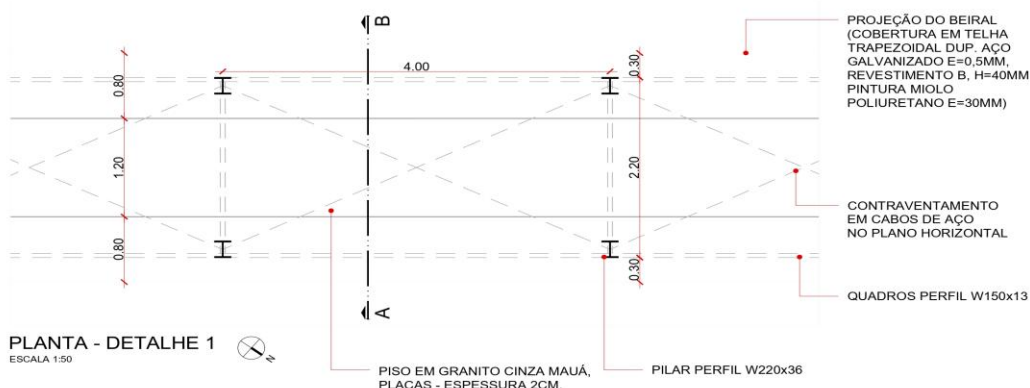
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.



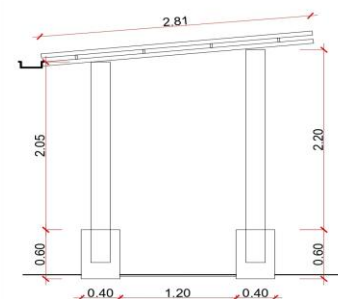
PLANTA
ESCALA 1:200



PLANTA DE COBERTURA
ESCALA 1:200



PLANTA - DETALHE 1
ESCALA 1:50



CORTE AB
ESCALA 1:50

PROJETO
PASSARELA ENTRE O 1º SUBSOLO DO PALÁCIO ANCHIETA
E O ANEXO - EDIFÍCIO GARAGEM

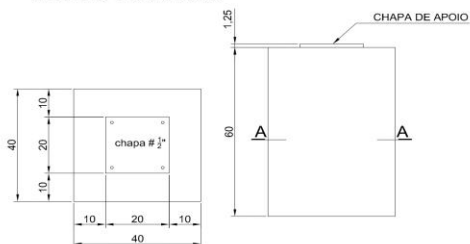
LOCAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
VIADUTO JACAREÍ, 100, BAIRRO BELA VISTA - SÃO PAULO/SP

EMIÇÃO
07/2026
ESCALAS
INDICADAS

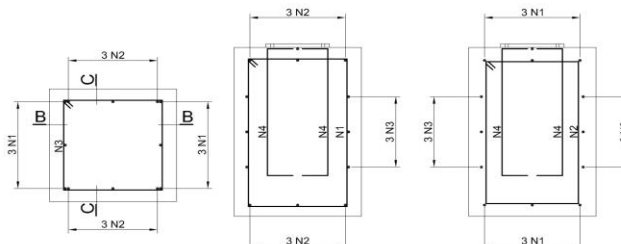


SGA.37 - (11) 3396-5272 / 4058 / 4745

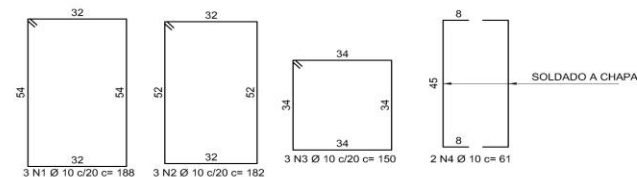
BLOCO DE APOIO



VISTA SUPERIOR VISTA LATERAL



CORTE AA CORTE BB CORTE CC



CHAPA DE APOIO



VISTA LATERAL VISTA SUPERIOR

TABELA DE FERROS

N	Ø	QTD.	COMPRIMENTO (m)	
			UNIT.	TOTAL
1	10	111	188	20.868
2	10	111	182	20.202
3	10	111	150	16.650
4	10	74	61	4.514
5				

RESUMO AÇO CA-50-A

Ø	COMPRIMENTO (m)	PESO (kg)	
		p/m	TOTAL
10	623	0,8	499

PROJETO
PASSARELA ENTRE O 1º SUBSOLO DO PALÁCIO ANCHIETA
E O ANEXO - EDIFÍCIO GARAGEM

LOCAL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
VIADUTO JACAREÍ, 100, BAIRRO BELA VISTA - SÃO PAULO/SP

EMIÇÃO
07/2026
ESCALAS
S/ESC.



SGA.37 - (11) 3396-5272 / 4058 / 4745



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO I-C – CRONOGRAMA FÍSICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas.**

SERVIÇOS																																								
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
CONFERÊNCIA DE MEDIDAS																																								
FABRICAÇÃO DA ESTRUTURA																																								
INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO MECÂNICA (TAPUMES)																																								
DEMOLIÇÃO DO PISO DE CONCRETO																																								
DEMOLIÇÃO DA MURETA																																								
RETIRADA DE GRADIS E TOLDOS																																								
RECOMPOSIÇÃO DA MURETA																																								
EXECUÇÃO DO CONTRAPISO																																								
ASSENTAMENTO DO PISO DE GRANITO																																								
INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL																																								
INSTALAÇÃO DA ESTRUTURA DA COBERTURA																																								
REVISÃO E SOLDA COMPLETA																																								
INSTALAÇÃO DE TELHAS																																								
PINTURA DA ESTRUTURA E DAS CALHAS																																								
INSTALAÇÃO DOS TOLDOS LATERAIS																																								
RETIRADA DOS TAPUMES																																								
LIMPEZA GERAL																																								

ANEXO I-D – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026
PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

Registros no local da intervenção:





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**





**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**



Fotos: março/2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO I-E – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026
PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes neste **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO GLOBAL DA OBRA - PREÇOS DA CMSP I0= jan.26 BDI obra 23,10%

ÍTEM	CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	UNID	QUANT.	CUSTO UNIT.	SUBTOTAL			%	
						M.O.	MAT/EQUIP	GERAL	M.O.	MAT/ EQUIP
x	01 SERVIÇOS GERAIS									
1	02-050-005	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO SIMPLES	M3	7,68	105,30	257,98	550,72	808,70	31,9%	68,1%
2	04-050-004	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA EM GERAL (TIJOLOS OU BLOCOS)	M3	2,28	54,16	123,48	0,00	123,48	100,0%	0,0%
3	17-060-102	RETIRADA DE GRADIL E GUARDA-CORPO	M2	10,00	46,30	463,00	0,00	463,00	100,0%	0,0%
4	06-060-008	RETIRADA DE ESTRUTURA METÁLICA INCLUSIVE PERFIS DE FIXAÇÃO	KG	400,00	2,45	599,76	380,24	980,00	61,2%	38,8%
5	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3	16,00	165,25	682,15	1.961,85	2.644,00	25,8%	74,2%
6	01-005-001	TAPUME CHAPA COMPENSADA 6MM	M2	132,00	87,46	5.968,62	5.576,10	11.544,72	51,7%	48,3%
SUBTOTAL 1					S/ BDI	8.094,99	8.468,91	16.563,90	48,87%	51,13%
					C/ BDI	10.526,64	11.012,89	21.539,53		
x	02 PISO									
7	13-002-102	CONTRAPISO CONVENCIONAL COM ESPESSURA ATÉ 4 CM	M2	98,88	41,80	2.062,46	2.070,72	4.133,18	49,9%	50,1%
8	13-002-058	PISO EM GRANITO CINZA MAUA, PLACAS - ESPESSURA 2CM	M2	98,88	524,11	2.591,20	49.232,80	51.824,00	5,0%	95,0%
SUBTOTAL 2					S/ BDI	4.653,66	51.303,52	55.957,18	8,32%	91,68%
					C/ BDI	6.051,57	66.714,59	72.766,16		
x	03 SUPERESTRUTURA									
9	03-060-001	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL - NÃO PATINÁVEL	KG	4.367,70	29,30	0,00	127.973,61	127.973,61	0,0%	100,0%
10	06-001-030	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA	KG	2.635,24	15,07	11.675,64	28.037,43	39.713,07	29,4%	70,6%
11	06-001-031	MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA	KG	2.635,24	3,49	5.637,75	3.559,24	9.196,99	61,3%	38,7%
12	02-005-009	CONCRETO FCK=20,0MPA - USINADO	M3	10,00	527,77	395,83	4.881,87	5.277,70	7,5%	92,5%
13	03-003-030	BOMBEAMENTO DE CONCRETO	M3	50,00	63,69	0,00	3.184,50	3.184,50	0,0%	100,0%
14	02-004-004	ARMADURA EM AÇO CA-50	KG	500,00	10,20	1.565,70	3.534,30	5.100,00	30,7%	69,3%
SUBTOTAL 3					S/ BDI	19.274,92	171.170,95	190.445,87	10,12%	89,88%
					C/ BDI	25.064,92	222.589,01	247.653,93		
x	04 COBERTURA									
15	06-002-049	TELHA TRAPEZOIDAL DUP. AÇO GALVANIZADO E=0,5MM, REVESTIMENTO B, H=40MM PINTURA MIOLO POLIURETANO E=30MM	M2	191,25	208,48	4.226,41	35.645,39	39.871,80	10,6%	89,4%
16	CP-26-01	ACABAMENTO FRONTAL PARA TELHA SANDUÍCHE TP 40 EM AÇO GALVANIZADO OU ALUZINCO, COMPATÍVEL COM A TELHA ESPECIFICADA, REISTENTE À CORROSÃO, COMPRIMENTO DE 1M	UNID.	132,00	74,38	706,91	9.111,25	9.818,16	7,2%	92,8%
17	10-011-032	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 33CM	M	80,29	68,16	1.554,21	3.918,36	5.472,57	28,4%	71,6%
18	10-011-004	CALHA EM ALUMÍNIO - ESP. 0,8MM - DESENVOLVIMENTO 50CM	M	65,42	168,30	1.992,84	9.017,35	11.010,19	18,1%	81,9%



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

19	CP-26-02	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TOLDO RETRÁTIL TIPO ROLO/ROLON, EM LONA SINTÉTICA, INCLUINDO TODOS OS ACESSÓRIOS, TUBOS, FIXAÇÕES E ACABAMENTOS NECESSÁRIOS, DIMENSÕES 4,00 (COMPRIMENTO) X 2,50 (ALTURA), COR BEGE	UNID.	32,00	1.036,94	431,37	32.750,71	33.182,06	1,3%	98,7%
SUBTOTAL 4					S/ BDI	8.911,74	90.443,06	99.354,80	8,97%	91,03%
					C/ BDI	11.588,74	117.611,26	129.200,00		

x	05 VEDOS									
20	15-003-101	ESMALTE SINTÉTICO APLICADO DE FORMA MECÂNICA - ESQUADRIAS E PEÇAS DE SERRALHERIA	M2	32,71	21,65	37,53	670,64	708,17	5,3%	94,7%
21	CP-26-03	TINTA ANTICHAMAS INTUMESCENTE APLICADA DE FORMA MECÂNICA	M2	52,03	20,91	59,84	1.028,11	1.087,95	5,5%	94,5%
SUBTOTAL 5					S/ BDI	97,37	1.698,75	1.796,12	5,42%	94,58%
					C/ BDI	126,62	2.209,04	2.335,66		

x	06 ESQUADRIAS DE MADEIRA									
22	17-004-001	LIMPEZA GERAL DA OBRA	M2	309,00	14,70	4.542,30	0,00	4.542,30	100,0%	0,0%
SUBTOTAL 6					S/ BDI	4.542,30	0,00	4.542,30	100,00%	0,00%
					C/ BDI	5.906,76	0,00	5.906,76		

TOTAL GERAL R\$					S/ BDI	45.574,98	323.085,19	368.660,17	12,4%	87,6%
					C/ BDI	59.265,25	420.136,79	479.402,04	12,4%	87,6%

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR GLOBAL (BDI + CUSTO TOTAL)*
1	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas , parte integrante do Edital.	

***Valor a ser lançado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).**

1. O preço compreende todos os custos necessários ao fornecimento do objeto desta licitação, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.

2. Validade da proposta: 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação das propostas.

3. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

4. Declaro que a empresa abaixo qualificada não possui inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016.

5. Declaro que a empresa abaixo qualificada não foi condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts.1º e 170 da Constituição Federal de 1.988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (que promulgou o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. Nº 29 e 105.

6. Declaro que a empresa abaixo qualificada COMPROMETE-SE com a prática do “Trabalho Decente”, que, para efeitos desta Declaração, considera-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho, em consonância com os princípios constitucionais e com estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 151 e na Recomendação 159, bem como o estabelecido pelas normas trabalhistas brasileiras.

7. Declaro que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021).

8. Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes e tomamos conhecimento das reais condições de execução dos serviços;

Ou

8. Declaro ter pleno conhecimento do objeto do pregão em epígrafe através do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria “in loco” prevista neste Edital. Declaro, ainda, que nos responsabilizamos pelo não comparecimento e por eventuais ocorrências de prejuízos. Declaro, por fim, que nos foi dado acesso às dependências da Câmara Municipal de São Paulo, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual declinamos por entender que temos conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

9. Declaro estar de pleno acordo com todos os termos do edital referente ao Pregão nº 11/2026.

10. Declaro, ainda, que estamos em condições de atender todas as exigências contidas no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações** Técnicas do edital.

São Paulo, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável

Nome legível:

RG:

CPF:

Pessoa Jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

**ANEXO II-A – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – CUSTO
TOTAL DA OBRA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO TOTAL DA OBRA

ÍTEM	CÓDIGO	NOME DO SERVIÇO	UNID	QUANT.	CUSTO UNIT.	SUBTOTAL			%	
						M.O.	MAT/EQUIP	GERAL	M.O.	MAT/ EQUIP
X	### SERVIÇOS GERAIS									
1	02-050-005	DEMOLIÇÃO MECANIZADA DE CONCRETO SIMPLES	M3	7,68						
2	04-050-004	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA EM GERAL (TIJOLOS OU BLOCOS)	M3	2,28						
3	17-060-102	RETIRADA DE GRADIL E GUARDA-CORPO	M2	10,00						
4	06-060-008	RETIRADA DE ESTRUTURA METÁLICA INCLUSIVE PERFIS DE FIXAÇÃO	KG	400,00						
5	01-001-007	REMOÇÃO DE ENTULHO COM CAÇAMBA METÁLICA, INCLUSIVE CARGA MANUAL E DESCARGA EM BOTA-FORA	M3	16,00						
6	01-005-001	TAPUME CHAPA COMPENSADA 6MM	M2	132,00						
SUBTOTAL 1			S/ BDI		0,00	0,00	0,00			
			C/ BDI		0,00	0,00	0,00			
X	### PISO									
7	13-002-102	CONTRAPISO CONVENCIONAL COM ESPESSURA ATÉ 4 CM	M2	98,88						
8	13-002-058	PISO EM GRANITO CINZA MAUA, PLACAS - ESPESSURA 2CM	M2	98,88						
SUBTOTAL 2			S/ BDI		0,00	0,00	0,00			
			C/ BDI		0,00	0,00	0,00			
X	### SUPERESTRUTURA									
9	03-060-001	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA VERTICAL - NÃO PATINÁVEL	KG	4.367,70						
10	06-001-030	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA	KG	2.635,24						
11	06-001-031	MONTAGEM DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA	KG	2.635,24						
12	02-005-009	CONCRETO FCK=20,0MPA - USINADO	M3	10,00						
13	03-003-030	BOMBAMENTO DE CONCRETO	M3	50,00						
14	02-004-004	ARMADURA EM AÇO CA-50	KG	500,00						
SUBTOTAL 3			S/ BDI		0,00	0,00	0,00			
			C/ BDI		0,00	0,00	0,00			
X	### COBERTURA									
15	06-002-049	TELHA TRAPEZOIDAL DUP. AÇO GALVANIZADO E=0,5MM, REVESTIMENTO B, H=40MM PINTURA MIOLO POLIURETANO E=30MM	M2	191,25						
16	CP-26-01	ACABAMENTO FRONTAL PARA TELHA SANDUÍCHE TP 40 EM AÇO GALVANIZADO OU ALUZINCO, COMPATÍVEL COM A TELHA ESPECIFICADA, REISTENTE À CORROSÃO, COMPRIMENTO DE 1M	UNID.	132,00						
17	10-011-032	RUFO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO N.24 - DESENVOLVIMENTO 33CM	M	80,29						
18	10-011-004	CALHA EM ALUMÍNIO - ESP. 0.8MM - DESENVOLVIMENTO 50CM	M	65,42						

ANEXO II-B – MODELO DE CÁLCULO DA COMPOSIÇÃO DO BDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Composição do BDI Edificações:

ITEM	%
1 – Escritório Central	
2 – Lucro Bruto	
IMPOSTOS:	
3 – INSS	
4 – COFINS	
5 – PIS	
6 – ISS	
TOTAL BDI	

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Assinatura do responsável

Nome legível:

RG:

CPF:

Pessoa Jurídica:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:

**ANEXO II-C – MODELO DE DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÉDIO
DO PIS/COFINS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao solicitado no item **4.5.1** do Edital de Pregão 11/2026, a EMPRESA

_____, com sede no _____

_____, nº __, cidade _____, inscrita no

C.N.P.J. sob nº _____, neste ato representada por _____,

declara:

Apuração do percentual médio de recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses:

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃO APURADA (B = A X 1,65%)	CRÉDITO DESCONTADO (C)	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (D=B-C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D/A)
ago/25					
set/25					
out/25					
nov/25					
dez/25					
jan/26					
fev/26					
mar/26					
abr/26					
mai/26					
jun/26					
jul/26					
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO:					



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Apuração do percentual médio de recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses:

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃO APURADA (B = A X 7,60%)	CRÉDITO DESCONTADO (C)	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (D=B-C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D/A)
ago/25					
set/25					
out/25					
nov/25					
dez/25					
jan/26					
fev/26					
mar/26					
abr/26					
mai/26					
jun/26					
jul/26					
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO:					



ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E _____.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, com sede no Viaduto Jacareí, nº 100, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 50.176.288/0001-28, neste ato representada por seu Presidente e demais membros da Egrégia Mesa Diretora que firmam o presente termo, adiante designada simplesmente **CONTRATANTE** e _____, com sede na _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, adiante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO**, em consonância com o Processo **CMSP-PAD-2026/00296**, Pregão nº **11/2026**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e do Decreto Municipal 62.100/22, mediante as condições a seguir:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste termo de contrato a execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme descrições, condições e quantidades constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital.
- 1.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem neste termo de contrato, nos limites estabelecidos em lei.
- 1.3 Considera-se parte integrante do presente termo de contrato o edital do PREGÃO nº **11/2026** e seus anexos.

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 Os prazos e condições da prestação dos serviços são os constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 3.1 Compete à **CONTRATADA**, além das obrigações constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital:
 - 3.1.1 Executar os serviços e fornecer os materiais necessários, conforme especificado neste Termo.

- 3.1.2** A equipe de trabalho da **CONTRATADA** deverá fazer uso obrigatoriamente dos Equipamentos de Proteção Individuais – EPI, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais de consumo, peças de reposição, ferramentas equipamentos, conforme indicações dos fabricantes, objetivando correta execução dos serviços;
- 3.1.3** Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que a prestação dos serviços seja efetuada com perfeição;
- 3.1.4** Apresentar Nota Fiscal ou documento hábil, de acordo com a legislação vigente comprovando a prestação dos serviços, contendo necessariamente a descrição;
- 3.1.5** Acatar as recomendações decorrentes de inspeções ou de observações dos agentes qualificados da **CONTRATANTE**, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas;
- 3.1.6** Não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto do presente contrato, salvo com a expressa anuência da **CONTRATANTE** e, neste caso, sempre dentro dos limites legais, sendo vedada a subcontratação total do objeto;
- 3.1.6.1** A fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicados à **CONTRATANTE** para que esta delibere sobre a manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova pessoa jurídica comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no edital.
- 3.1.7** Manter, durante toda a execução do contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual;
- 3.1.8** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**.
- 3.2** Compete à **CONTRATANTE**, além das obrigações constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital:
- 3.2.1** Emitir Ordem de Início de Serviço;
- 3.2.2** Garantir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE** quando necessárias à execução dos serviços.
- 3.2.3** Fiscalizar e acompanhar a execução deste termo de contrato;
- 3.2.4** Notificar a **CONTRATADA** quando detectadas irregularidades na execução do objeto;
- 3.2.5** Receber o objeto, desde que esteja em conformidade com as especificações do edital;
- 3.2.6** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

3.2.7 Efetuar o pagamento, conforme disposto neste instrumento.

4 CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 Dá-se ao presente termo o valor global de R\$ _____ (_____).

4.2 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº(s) **09.10.01.031.4005.1.001.4.4.90.51.00 – Obras e Instalações** e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2027, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

5 CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

5.1 A fiscalização da execução do contrato ficará a cargo da **CONTRATANTE**, através de SGA.37 – Equipe de Desenvolvimento e Projeto, a fim de que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6 CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 Dada a pouca complexidade e o tempo previsto para execução da obra, será realizado um pagamento único após o término dos trabalhos e o ateste da Unidade Gestora.

6.2 O pagamento será efetuado **em parcela única** em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do Senhor Supervisor de SGA.37 – Equipe de Desenvolvimento e Projeto., acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.

6.3 Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e Pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à dívida da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

6.4 O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do **CONTRATANTE** terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.

6.5 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste item em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais que regulem a matéria de maneira diversa.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 A vigência do contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 01 (um) ano, improrrogável.

7.1.1 À **CONTRATANTE** é assegurado, visando ao interesse público, o direito de exigir que a **CONTRATADA**, em qualquer hipótese de rescisão ou não prorrogação do ajuste continue a prestação dos serviços nas mesmas condições ajustadas, durante um período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção, independente da subscrição de termo aditivo.

8 CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1 A **CONTRATADA** deverá recolher a garantia da execução contratual no importe de 5% (cinco por cento) do valor total a ser contratado, em uma das modalidades prevista no § 1º, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no **prazo de até 10 (dez) dias úteis** a partir da data de convocação para assinatura do Termo de Contrato, com exceção do seguro-garantia, conforme o disposto no subitem **8.2**.

8.1.1 Caso o valor do Contrato seja alterado, nas hipóteses previstas na Lei, a garantia deverá ser complementada, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

8.2 Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia, a apólice deverá indicar a **CONTRATANTE** como beneficiária, e deverá ser prestada no **prazo de 1 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3 Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá:

- I. Conter expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- II. Conter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- III. Ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

8.4 Se a opção for caução em dinheiro ou título da dívida pública, este deverá:

- I. Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II. Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

8.5 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

8.6 A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

9 CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

9.1.1 Advertência.

9.1.1.1 A advertência será aplicada em caso de faltas leves assim entendidas, aquelas que não acarretem prejuízo de monta aos interesses do objeto contratado.

9.1.2 Multa diária de até 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por não atendimento aos prazos estabelecidos nos **subitens 3.1.1.2, 3.3.2, 3.5.3, 3.5.7.1, 3.6.1.1, 3.6.2.1, 3.6.3.1, 3.7.2, 5.2.2, 5.2.8.1, 5.2.8.2 e 5.4.1.1 do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

9.1.3 Multa de até 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por desatendimento as determinações da Gestão e/ou Fiscalização Técnica do Contrato.

9.1.4 Multa cominatória de **5% (cinco por cento)** sobre o valor total da garantia a ser prestada, em caso de descumprimento dos prazos previstos nos itens **8.1, 8.1.1 e 8.2** deste Contrato, por culpa da **CONTRATADA**, limitado o atraso a 10 (dez) dias úteis.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 9.1.5** Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade grave havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.
- 9.1.6** Multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.
- 9.1.7** Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).
- 9.1.8** Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 9.2** As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.
- 9.2.1** No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **9.1.2** e/ou **9.1.3**, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **9.1.5**, **9.1.6**, **9.1.7** e/ou **9.1.8**.
- 9.3** As multas terão seus valores apurados na data da infração.
- 9.4** Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.
- 9.5** Os valores referentes a eventuais multas aplicadas serão deduzidos do crédito a ser recebido pela **CONTRATADA**.
- 9.6** A aplicação das sanções previstas nos itens **9.1.7** e **9.1.8** deste termo de contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.6.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 9.6.2** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.7 Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

9.8 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

10 CLÁUSULA DÉCIMA - ANTICORRUPÇÃO

10.1 Para execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste ajuste, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa de Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato da Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa de Dados Abertos do Parlamento no âmbito da **CONTRATANTE**.

11.2 Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos à **CONTRATADA**, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente termo de contrato, serão dirigidos ao(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail): _____

11.3 Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste contrato.

E por estarem as partes de pleno e comum acordo, firmam o presente instrumento lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Paulo, de de 2026.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO



RICARDO TEIXEIRA
Presidente

JOÃO JORGE
1º Vice-Presidente

ISAC FÉLIX
2º Vice-Presidente

SENIVAL MOURA
1º Secretário

GABRIEL ABREU
2º Secretário

CONTRATADA:

VISTO:

Persio Tadao Soli
Secretário Geral Administrativo - CMSP



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO IV - MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00296

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia visando à implantação de passarela de interligação entre o Palácio Anchieta e o Edifício Anexo, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários à completa execução da solução, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Fica a Pessoa Jurídica, _____,
CNPJ nº _____, convocada para, a partir do dia ____ de
_____ 2026, dar início aos serviços objeto do Termo de Contrato nº _____.

São Paulo, de de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO